

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Gestão e Transformação Infraestrutura S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wallace', written over a faint blue line.

Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Ativo				
Ativo Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.375	9.436	16.080
Contas a receber de clientes	4 e 18	76	7.134	76
Impostos e contribuições a recuperar	5	2.010	-	2.015
Adiantamentos diversos		2	11	2
Outras contas a receber		25	100	25
Total do Ativo Circulante		17.488	16.681	18.198
Ativo Não Circulante				
Ativo fiscal diferido	11	939	1.903	936
Investimentos	6	679	-	-
Imobilizado	7	83	116	83
Intangível		27	38	27
Direito de uso	8	18.194	-	18.194
Total do Ativo Não Circulante		19.919	2.057	19.240
Total do Ativo		37.407	18.738	37.438
Passivo				
Passivo Circulante				
Fornecedores		501	88	501
Impostos e contribuições a recolher	9	407	268	438
Impostos de renda e contribuição social a pagar		-	480	-
Salários, provisões e encargos sobre folha	10	1.545	5.355	1.545
Outras contas a pagar		1.673	746	1.673
Arrendamentos a pagar		3.351	-	3.351
Dividendos a pagar	12	22	72	22
Total do Passivo Circulante		7.499	7.009	7.530
Arrendamentos a pagar		15.842	-	15.842
Outras contas a pagar				
Total do Passivo não Circulante		15.842	-	15.842
Patrimônio Líquido				
Capital social	12	12.001	4.813	12.001
(-) Capital a Integralizar		(578)	(578)	(578)
Reserva legal		492	378	492
Reserva de Lucros		2.151	7.116	2.151
Total do Patrimônio Líquido		14.066	11.729	14.066
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		37.407	18.738	37.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Receita de prestação de serviços	13	14.197	35.216	14.996
Custo dos serviços prestados	14	(3.281)	(14.383)	(3.281)
Lucro Bruto		10.916	20.833	11.715
Despesas Operacionais				
Despesas gerais e administrativas	15	(6.276)	(6.369)	(6.332)
Despesas tributárias		(221)	(89)	(221)
Resultado equivalência patrimonial	6	678	-	-
Depreciação e amortização		(2.066)	(42)	(2.066)
Outras despesas operacionais		-	(850)	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro		3.031	13.483	3.096
Resultado financeiro, líquido	16	602	485	616
Lucro antes dos impostos		3.633	13.968	3.712
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	11	(379)	(4.865)	(458)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	11	(967)	316	(967)
Lucro líquido do exercício		2.287	9.419	2.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	2.287	9.419	2.287
Resultado Abrangente Total	2.287	9.419	2.287

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	(-) Capital Integralizar	Reserva de Lucros		Prejuízos Acumulados	Lucro líquido do exercício	Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.813	(963)	-	-	(1.853)	-	1.997
Integralização do capital social	12	385	-	-	-	-	385
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.419	9.419
Absorção dos prejuízos acumulados	-	-	-	-	1.853	(1.853)	-
Constituição reserva legal	-	-	378	-	-	(378)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	(72)	(72)
Constituição reserva de lucros	-	-	-	7.116	-	(7.116)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.813	(578)	378	7.116	-	-	11.729
Capitalização da reserva de lucros em 17/06/2024	12	-	-	(7.116)	-	-	72
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.287	2.287
Constituição reserva legal	-	-	114	-	-	(114)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	(22)	(22)
Constituição reserva de lucros	-	-	-	2.151	-	(2.151)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	12.001	(578)	492	2.151	-	-	14.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	2.287	9.419	2.287
Ajustes para reconciliar o Resultado do exercício com o caixa			
Depreciação e amortização	2.066	42	2.066
Resultado de equivalência patrimonial	(679)	-	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	967	(316)	967
Demais provisões	(49)	522	(49)
Despesas financeiras - arrendamento a pagar	865	-	865
Juros e variações monetárias	-	849	-
Provisão para participação nos resultados	3.361	4.850	3.361
	8.818	15.366	9.497
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber de clientes	7.058	(3.701)	7.058
Impostos e contribuições a recuperar	(2.010)	-	(2.015)
Adiantamento à fornecedores	9	184	9
Demais contas a receber	75	(100)	75
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores	413	52	413
Impostos e contribuições a recolher	139	(443)	170
Salários e férias a pagar	(7.122)	(6.225)	(7.122)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(480)	(53)	(480)
Demais contas a pagar	927	-	927
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.827	5.080	8.532
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	-	(60)	-
Aquisição de intangíveis	-	(7)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(67)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado	-	385	-
Arrendamento pago	(1.888)	-	(1.888)
Caixa líquido aplicado nas (oriundo das) atividades de financiamento	(1.888)	385	(1.888)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquido	5.939	5.398	6.644
No início do exercício	9.436	4.038	9.436
No fim do exercício	15.375	9.436	16.080
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquido	5.939	5.398	6.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Gestão e Transformação Infraestrutura S.A. (“Companhia”) tem sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1455, 4º Andar, Sala 41 - Itaim Bibi - São Paulo/SP. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria em gestão de negócios e criação de valor na área empresarial e a participação no capital de outras pessoas jurídicas, com sede no Brasil ou no exterior.

A Companhia firmou contratos de prestação de serviços com clientes partes relacionadas, representando estes contratos a totalidade das receitas auferidas nos exercícios de 2024 e 2023.

Em 04 de janeiro de 2024, foi constituída a G&T Infra Corretora de Seguros Ltda. (“G&T Infra Corretora”), sociedade que tem como objeto social a atividade de corretagem de seguros nos ramos elementares, de seguro de vida, capitalização, planos previdenciários e de saúde, bem como a administração de bens próprios, incluindo a prestação de serviços correlatos, desde que devidamente autorizada pela autoridade competente na forma da legislação aplicável, além da participação, diretamente ou através de subsidiárias, no capital social de outras sociedades, no país ou no exterior, na qualidade de sócia, acionista ou consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimento, nas sociedades atuantes em qualquer dos setores acima referidos.

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando mencionado em contrário.

2.1. Base de preparação

a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis-- Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC--Continuação

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2025.

b) Base de mensuração e continuidade operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

c) Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Reais (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras que estão apresentadas em milhares de Real (R\$). As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando as taxas de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos nas demonstrações do resultado do exercício conforme o regime de competência.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2024. O controle obtido quando o Companhia estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis-- Continuação

2.2. Base de consolidação--Continuação

- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas).

Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis-- Continuação

2.2. Base de consolidação--Continuação

Controladas são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e é interrompido a partir da data em o controle termina. Transações entre a Companhia e saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do mesmo grupo são eliminadas. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas e as suas demonstrações financeiras individuais são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados com as práticas adotadas pela Companhia.

A Companhia detém participação de 100% na G&T Infra Corretora de Seguros Ltda.

2.3. Descrição das principais políticas contábeis

a) Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros são mensurados pelo valor justo e os reflexos reconhecidos no resultado do exercício.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis-- Continuação

2.3. Descrição das principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2024 e 2023.

A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis-- Continuação

2.3. Descrição das principais políticas contábeis--Continuação

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores faturados líquidos dos respectivos impostos. O prazo médio de recebimento ocorre num período de até 30 dias da data de emissão da nota fiscal de serviço. As vendas a prazo não são ajustadas a valor presente em função desse prazo reduzido de recebimento.

d) Investimentos

São todas as empresas nas quais a Companhia tem controle direto ou indireto na administração financeira e operacional, geralmente representado por mais de 50% das ações com direito a voto ou em que retém a maioria dos riscos e benefícios originados desse investimento independentemente de sua participação no capital votante. Os resultados destes investimentos são reconhecidos na Companhia de maneira proporcional à sua participação através do método de equivalência patrimonial.

e) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil residual registrado na data da alienação, e são reconhecidos como "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis-- Continuação

2.3. Descrição das principais políticas contábeis--Continuação

f) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos (software), identificáveis, sob o controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de despesa administrativa consistente com a utilização do ativo intangível.

g) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluem principalmente adiantamentos de férias a funcionários e outros adiantamentos a fornecedores, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável em contrapartida a rubrica de outras despesas operacionais. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação ou amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis-- Continuação

2.3. Descrição das principais políticas contábeis--Continuação

i) Contas a pagar a fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

As compras a prazo não são ajustadas pelo valor presente em função do curto prazo para vencimento das obrigações, cujo compromisso é liquidado no prazo máximo de até 30 dias da emissão da nota fiscal/fatura.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a avaliação da Administração com suporte dos seus assessores jurídicos. A Companhia não possui saldo referente a provisões no período coberto por estas demonstrações financeiras.

k) Dividendos propostos

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis-- Continuação

2.3. Descrição das principais políticas contábeis--Continuação

l) Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis-- Continuação

2.3. Descrição das principais políticas contábeis--Continuação

l) Arrendamentos--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

m) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano..

n) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") do exercício corrente e diferido das sociedades estabelecidas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis-- Continuação

2.3. Descrição das principais políticas contábeis--Continuação

n) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Em 2024 a Companhia optou pelo regime de tributação Lucro Real estimativa mensal, assim como em 2023, com alíquota de 15% IRPJ (adicional 10%) e CSLL 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, quando aplicáveis, bem como as diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

o) Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

p) Reconhecimento da receita

A Companhia atua no ramo de prestação de serviços de consultoria em gestão de negócios e criação de valor na área empresarial.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis-- Continuação

2.3. Descrição das principais políticas contábeis--Continuação

p) Reconhecimento da receita--Continuação

A Companhia reconhece a receita com prestação de serviço ao longo do tempo, uma vez que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da Companhia à medida que a Companhia efetiva o desempenho.

A controlada G&T Infra Corretora firmou parceira com empresa prestadora de serviço de intermediação na comercialização de seguros de todos os ramos e por esta parceria recebe um percentual de comissão. As receitas de serviços são mensuradas de acordo com as taxas de corretagem contratadas considerando os produtos e Seguradoras e/ou Operadoras, e são reconhecidas quando a obrigação de performance é satisfeita. A obrigação de performance do serviço prestado é satisfeita quando da validação e aceite por parte da Seguradora/Operadora da proposta de seguro, gerando à G&T Infra Corretora o direito de reconhecimento da receita.

A receita bruta de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre os serviços prestados, abatimentos e descontos comerciais.

q) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e taxas bancárias, juros passivos sobre eventuais inadimplências e variações monetárias e cambiais líquidas, quando aplicável.

r) Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis-- Continuação

2.3. Descrição das principais políticas contábeis--Continuação

r) Classificação circulante e não circulante--Continuação

- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante.

2.4. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis-- Continuação

2.4. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras--Continuação

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis-- Continuação

2.4. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais políticas contábeis-- Continuação

2.4. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade--Continuação

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Banco conta movimento	-	7.802	-
Aplicações financeiras (i)	15.375	1.634	16.080
Total	15.375	9.436	16.080

(i) As aplicações financeiras são representadas por aplicações em Fundos de Investimentos remunerados à taxa média em 2024 de 90% até 110% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

4. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Clientes Nacionais	76	2.500	76
Clientes Internacionais	-	4.634	-
Total	76	7.134	76

Aging list	2024	2023	2024
Titulos a vencer	76	2.827	76
Titulos vencidos de 1 a 30 dias	-	492	-
Titulos vencidos de 31 a 60 dias	-	359	-
Titulos vencidos de 61 a 90 dias	-	638	-
Titulos vencidos de 91 a 120 dias	-	2.818	-
	76	7.134	76

A Companhia não constituiu provisão para perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa - PECLD nos exercícios findos pelo fato de não haver histórico de inadimplência e os atrasos serem monitorados e negociados com a Administração.

5. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
PIS e COFINS a Recuperar	46	-	46
IRRF e CSLL a Recuperar	172	-	177
IRRF s/ Aplicação Financeira	243	-	243
IRRF e CSLL pago por estimativa	1.549	-	1.549
	2.010	-	2.015

6. Investimentos

G&T Infra Corretora de Seguros Ltda.

O capital social da G&T Infra Corretora é de R\$1, representado por 1.000 (mil) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, detido em sua totalidade pela Companhia.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

6. Investimentos--Continuação

G&T Infra Corretora de Seguros Ltda.--Continuação

Composição dos saldos

	<u>31/12/2024</u>
Quantidade de quotas	1,000
Percentual de Participação (%)	100.00%
Capital inicial integralizado em 4 de jan/2024 - R\$	1
Equivalência patrimonial no exercício - R\$	678
Valor do investimento - R\$	<u>679</u>

7. Imobilizado

	Taxa de vida útil (anos)	31/12/2023	Aquisição	Depreciação	31/12/2024
Computadores e Periféricos	5	116	-	(33)	83
Total		<u>116</u>	<u>-</u>	<u>(33)</u>	<u>83</u>

	Taxa de vida útil (anos)	31/12/2022	Aquisição	Depreciação	31/12/2023
Computadores e Periféricos	5	91	60	(35)	116
Total		<u>91</u>	<u>60</u>	<u>(35)</u>	<u>116</u>

8. Direito de uso e arrendamento a pagar

A Companhia possui arrendamento com a natureza de locação de imóveis utilizando as cláusulas normais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos.

A taxa nominal anual de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos é de 13,90% e foi baseada em cotações efetuadas com instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes aos contratos de arrendamento.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

8. Direito de uso e arrendamento a pagar--Continuação

Movimentação

Direito de uso (registrado no ativo)

Saldo em 1º de julho de 2024	20.216
Amortização no período	<u>(2.022)</u>
Saldo no final do exercício	18.194

Arrendamento a pagar (passivo circulante e não circulante)

Saldo em 1º de julho de 2024	20.216
Pagamento de arrendamento	(1.888)
Realização despesas financeira no período	<u>865</u>
Saldo no final do exercício	19.193

Circulante	3.351
Não circulante	<u>15.842</u>
	19.193

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16. Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas informações contábeis.

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de maturidade de seus contratos é apresentada a seguir:

<u>Pagamentos futuros de arrendamento</u>	
2025	5.666
2026	5.666
2027	5.666
2028	5.666
2029	<u>2.833</u>
Valores não descontados	<u>25.497</u>
Juros embutidos	<u>(6.304)</u>
Passivo de arrendamento	<u>19.193</u>

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

8. Direito de uso e arrendamento a pagar--Continuação

Movimentação--Continuação

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de aluguéis. Os efeitos potenciais de PIS/COFINS são apresentados no quadro a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Fluxo de Caixa		
Contraprestação do arrendamento	25.497	19.193
PIS/COFINS (9,25%)	2.358	1.775

9. Impostos e contribuições a recolher

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS a Recolher	-	18	1
COFINS a Recolher	-	103	2
ISS a Recolher	7	127	7
Contribuições Federais Retidas - PCC	396	15	423
IRRF a recolher	4	5	5
Total	407	268	438

10. Salários, provisões e encargos sobre folha

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>
IRRF sobre folha de pagamento	77	85	77
FGTS a recolher	23	20	23
INSS a recolher	72	58	72
Provisão de férias e 13º salário	217	342	217
Provisão FGTS e INSS s/13º salário e férias	78	-	78
Provisão de bônus	1.078	4.850	1.078
Total	1.545	5.355	1.545

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Correntes

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	3.633	13.968	3.712
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL calculados com base nas alíquotas nominais	(1.235)	(4.749)	(1.262)
Efeito de IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:			
Utilização de prejuízos fiscais	-	440	-
Outros	(111)	(240)	(163)
	(1.346)	(4.549)	(1.425)
IRPJ e CSLL - corrente	(379)	(4.865)	(458)
IRPJ e CSLL - diferido	(967)	316	(967)
	(1.346)	(4.549)	(1.425)

b) Ativo diferido

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Provisão para pagamento de bônus	367	1,649	367
Demais provisões	569	254	569
Total	936	1,903	936

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$12.001, composto por 12.000.891 ações ordinárias.

Em 17 de junho de 2024, foi aprovado através da Assembleia Geral e Extraordinária, aumento do capital social da Companhia em R\$7.188, mediante a emissão de 7.187.891 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal por meio da capitalização da totalidade do saldo de reservas de lucros no valor total de R\$7.116 bem como o aproveitamento da integralidade dos créditos detidos pela acionista decorrente da distribuição de dividendos no valor de R\$72.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

12. Patrimônio líquido--Continuação

b) Capital a integralizar

Em 28 de junho e 31 de agosto de 2023, foi integralizado o capital social da Companhia através do boletim de subscrição dos acionistas Winity Infraestrutura Ltda. e Rodovias Colombia S.A.S os montantes individuais de R\$192, no total de R\$385.

c) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração da Companhia apresentou proposta para distribuição mínima de dividendos conforme Estatuto Social:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	2.287	9.419
Absorção de prejuízo acumulado	-	(1.853)
Lucro líquido do exercício após absorção prejuízo	2.287	7.566
(-) Constituição Reserva legal 5%	(114)	(378)
(=) Base para distribuição de dividendos	2.173	7.188
% Dividendos mínimos obrigatórios	1%	1%
Proposta de distribuição dividendos mínimos	22	72

13. Receita líquida de serviços prestados

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços prestados - Mercado interno	12.480	31.339	13.327
Serviços prestados - Mercado externo	3.398	8.422	3.398
Total receita bruta de serviços prestados	15.878	39.761	16.725
Impostos incidentes s/ prestação de serviço (PIS, COFINS, ISS)	(1.681)	(4.545)	(1.729)
	14.197	35.216	14.996

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

13. Receita líquida de serviços prestados--Continuação

As receitas da Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinados tributos e contribuições (apresentados acima em impostos incidentes sobre a prestação de serviço), os quais são arrecadados em nome da autoridade fiscal e não resultam em aumento do patrimônio líquido da Companhia. Esses tributos e contribuições relacionam-se substancialmente a Imposto sobre Operações relativas à Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Serviços ("ISS"), reconhecidos pelas alíquotas básicas a seguir:

Tributos	Sigla	Alíquota	
		G&T Infra	G&T Infra Corretora
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	3%
Impostos sobre serviço de qualquer natureza	ISSQN	5%	2%

14. Custo dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Despesas com salários	(2.611)	(6.369)	(2.611)
Provisão para participação nos resultados (*)	411	(4.810)	411
Encargos sociais (INSS, FGTS)	(874)	(2.307)	(874)
Outros Custos	(207)	(897)	(207)
	(3.281)	(14.383)	(3.281)

(*) Em 31 de dezembro de 2024, o montante líquido de R\$411, refere-se ao resultado do estorno do excedente da provisão de 2023 e o valor provisionado em 2024.

15. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Despesas com aluguel	(546)	(764)	(546)
Despesas com Serviços de Terceiros	(3.870)	(3.567)	(3.919)
Despesa gerais	(1.761)	(1.715)	(1.761)
Outras Despesas Administrativas	(99)	(323)	(106)
Total	(6.276)	(6.369)	(6.332)

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

16. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	1.481	658	1.496
Variações Cambiais Ativas	89	11	89
Descontos obtidos	1	1	1
	1.571	670	1.586
Despesas financeiras			
Juros	-	(6)	-
Encargos Juros sobre arrendamento	(865)	-	(865)
Tarifa bancária	-	(51)	(1)
Variações Cambiais Passivas	-	(128)	-
Descontos concedidos	(103)	-	(103)
Multas	(1)	-	(1)
	(969)	(185)	(970)
Total	602	485	616

17. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

i) *Estrutura de gerenciamento de riscos*

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

ii) *Risco de mercado*

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e no mercado externo que cuja receita está exposta ao risco cambial. Durante o exercício de 2024 e 2023 a Companhia ficou exposta ao risco cambial, entretanto não houve impactos significativos.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras.

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (CDI), a Companhia ficou exposta ao risco de taxa de juros, entretanto não houve impactos significativos.

iii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

		Controladora		Consolidado
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	3	15.375	9.436	16.080
Contas a receber de clientes	4	76	7.134	76
Total		15.451	16.570	16.156

Para mitigar o risco de possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

iv) *Risco de liquidez*

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispunha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa as obrigações da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

31/12/2024	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Fornecedores	501	-	-	-	501	501
Outras contas a pagar	1.673	-	-	-	1.673	1.673
	2.174	-	-	-	2.174	2.174

31/12/2023	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Fornecedores	88	-	-	-	88	88
Outras contas a pagar	746	-	-	-	746	746
	834	-	-	-	834	834

b) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

c) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de capital--Continuação

A Companhia não possui contratos de dívidas com terceiros de empréstimos ou financiamentos que denote risco no seu gerenciamento do capital e de caixa.

i) *Valor justo dos instrumentos financeiros*

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2024		2023	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Valor justo	15.375	15.375	9.436	9.436
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	76	76	7.134	7.134
Total			15.451	15.451	16.570	16.570
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	Custo amortizado	501	501	88	88
Outras contas a pagar	-	Custo amortizado	1.673	1.673	746	746
Total			2.174	2.174	834	834

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 para esses ativos e passivos.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em Fundo de Investimento de operações contratadas com resgate e liquidez imediatos. Dada a liquidez diária desse, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de capital--Continuação

i) *Valor justo dos instrumentos financeiros*--Continuação

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2, exceto caixa e equivalentes caixa.

18. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas em condições de preço, taxa de juros, qualidade, prazos e condições definidas entre as partes. Os saldos e transações com Partes Relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Saldo de contas a receber		Receita Líquida	
	2024	2023	2024	2023
Partes Relacionadas (circulante):				
Águas Pacífico SPA	-	1.452	369	1.491
Acueducto San Isidro Quilapulun SPA	-	2.663	679	2.734
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	76	-	396	-
EVM Evolution Mobility S.A.	-	-	159	-
Parque Solar Puerta De Oro Sas Esp	-	-	215	-
Platam Investments Brazil Ltda.	-	-	1.258	-
Infraestrutura BR V Residuos Holding I S.A	-	-	47	-
Infraestrutura BR V Energia Holding I S.A	-	-	47	-
Infraestrutura BR V Logistica Holding I S.A	-	-	47	-
Infraestrutura BR V Saneamento Holding I S.A	-	-	47	-
Infraestrutura BR V Telecom Holding I S.A.	-	-	47	-
Gestao e Transformacao Consultoria S.A.	-	-	278	-
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.	-	70	-	-
Inversiones Infraestructura De Telecom Latam, S.L	-	-	-	2.070
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.	-	599	-	-
Winity S.A.	-	130	514	1,558
Entrevias Concessionaria De Rodovias S A	-	33	87	607
Orsola Investments 2020, S.L.U	-	519	2.134	3.176
Infraestrutura Brasil Holding III S.A.	-	286	872	3.494
Energia Emergencial Móvel Participações S.A.	-	199	488	2.541
Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.	-	52	206	-
Infraestrutura Brasil Holding XII S.A	-	209	874	424
Infraestrutura Brasil Holding XIV S.A	-	209	874	424
Infraestrutura Brasil Holding XV S.A	-	209	874	2.965
Infraestrutura Brasil Holding XXVII S.A	-	209	874	2.965
Infraestrutura Brasil Holding IV	-	-	507	1.876
Infraestrutura Brasil Holding VII	-	-	1.285	6.225
Infraestrutura Brasil Holding I S.A	-	105	330	917
Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A	-	-	-	96
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A	-	-	94	-
Essentia PCHS	-	190	595	1.653
Total	76	7.134	14.197	35.216

Gestão e Transformação Infraestrutura S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

19. Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 2024 não houve pagamento de remuneração para pessoal chave da administração (R\$2.691 em 2023).

20. Contingências

Até a emissão das demonstrações financeiras, a Companhia não estava envolvida em demandas judiciais como ré ou autora com probabilidade de perda provável que exija registro contábil de provisão para contingência, que possam impactar as estas demonstrações financeiras, sejam estes processos de natureza trabalhista, tributária ou cível, bem como não há processos com probabilidade de perda possível a serem divulgados.